



## PRINCIPAIS AGREGADOS DAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS

Em 2022, o setor das Administrações Públicas (AP) apresentou um saldo negativo (necessidade líquida de financiamento) de 944 milhões de euros, correspondente a -0,4% do PIB (-2,9% em 2021 e -5,8% em 2020).

Entre 2021 e 2022, a receita total das AP aumentou 10,2% (+9,8 mil milhões de euros) e a receita corrente aumentou 11,3% (+10,6 mil milhões de euros). As três grandes componentes da receita corrente aumentaram a ritmos diferentes, salientando-se o acréscimo dos impostos sobre o património e o rendimento, que atingiu 24,1%.

A despesa total das AP registou um aumento de 4,4% entre 2021 e 2022 (+4,5 mil milhões de euros), com a despesa de capital a crescer 15,0%, significativamente acima da despesa corrente (+3,5%). Para o aumento da despesa corrente contribuíram os acréscimos registados nas prestações sociais, exceto transferências sociais em espécie (+6,9%) e, em menor grau, nas remunerações (+3,5%), verificando-se um decréscimo de cerca de 40% nos subsídios pagos e de 9,4% na despesa em juros. O aumento da despesa de capital decorreu do aumento da formação bruta de capital (+7,5%) e das transferências de capital concedidas (+30,5%).

As contas do setor das AP apresentadas neste destaque são compiladas de acordo com os conceitos e definições do Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais 2010 (SEC 2010) e com as orientações específicas do Manual do Défice e da Dívida das Administrações Públicas<sup>1</sup>. Os dados apresentados são enviados ao Eurostat no âmbito do programa de transmissão SEC 2010 e são consistentes com a primeira notificação de 2023 relativa ao Procedimento dos Défices Excessivos (PDE), também hoje divulgada.

O quadro seguinte apresenta os valores preliminares dos principais agregados das AP para o ano de 2022, discriminados por subsetor institucional<sup>2</sup>.

**Quadro 1. Principais agregados das Administrações Públicas  
dados preliminares**

ANO: 2022		Unidade: 10 <sup>6</sup> EUR			
Código da operação	Designação da operação	Administrações Públicas	Administração Central	Administração Regional e Local	Fundos de Segurança Social
		S.13	S.1311	S.1313	S.1314
OTE	Despesa total	107 084	77 609	15 876	30 426
OTR	Receita total	106 139	72 434	15 818	34 715
B.9	Capacidade (+) / Necessidade (-) líquida de financiamento (Saldo em Contas Nacionais)	-944	-5 175	-58	4 288

Nota: Para o total da despesa (OTE) e para o total da receita (OTR), a soma dos subsetores não é igual ao valor do total do setor das AP, por efeitos de consolidação de algumas operações.

<sup>1</sup> Regulamento (UE) n.º 549/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de maio de 2013, relativo ao sistema europeu de contas nacionais e regionais na União Europeia. O referido manual está disponível em <https://ec.europa.eu/eurostat/en/web/products-manuals-and-guidelines/w/ks-gq-23-002>.

<sup>2</sup> Em anexo a este destaque, são disponibilizados ficheiros Excel com informação adicional.







consideração a situação económica e financeira das empresas nos últimos anos. Contribuiu, ainda, para a despesa de capital a conversão de ativos por impostos diferidos (DTA) em crédito tributário (245 milhões de euros), que em contabilidade pública está registada como redução de receita de IRC.

Tendo como referência a informação disponível à data, incluída nos boletins de execução orçamental publicados mensalmente pela Direção-Geral do Orçamento, o impacto direto de medidas excecionais de apoio no contexto da pandemia COVID-19 ascendeu a cerca de 2 159 milhões de euros em 2022, correspondente a 2,0% da despesa pública total. Em 2021 e 2020, este impacto tinha ascendido a 7,0 e 4,3 mil milhões de euros, respetivamente. O impacto direto no saldo em contabilidade nacional destas medidas excecionais de apoio ascendeu a -0,9% do PIB em 2022 (que compara com -2,7% do PIB em 2021). Entre os encargos públicos com a pandemia, destacam-se a despesa em apoio social às famílias (0,7% da despesa total em 2022), em subsídios às empresas (0,6%), em consumo intermédio (0,3%) e em remunerações no setor da saúde (0,2%).

Em consequência daquela evolução, a despesa corrente perdeu importância relativa no total da despesa (-0,8 p.p.), por contrapartida do aumento do peso da despesa de capital, de 8,0% em 2021, para 8,9% em 2022. A despesa com juros passou de 5,0% da despesa total, em 2021, para 4,4% em 2022.

O quadro 4 apresenta os principais saldos das AP em 2021 e 2022. Os dados preliminares relativos a 2022 revelam que o saldo global das AP melhorou em cerca de 5,3 mil milhões de euros entre 2021 e 2022, originando uma necessidade de financiamento de 944 mil milhões de euros em 2022 (0,4% do PIB). Esta evolução positiva resultou de um aumento na receita (+10,2%) mais significativo do que o observado para a despesa (+4,4%).

Quadro 4. Saldos das Administrações Públicas

Unidade: 10 <sup>6</sup> EUR			
Código da operação	Designação da operação	2021	2022
B.9	Capacidade (+) / Necessidade (-) líquida de financiamento (Saldo em Contas Nacionais)	-6 215	-944
	Saldo corrente	-547	6 702
B.9 - D.41	Saldo primário	-1 045	3 742

Ao contrário do observado em 2021, o saldo primário, correspondente ao saldo global líquido da despesa em juros, foi positivo, tendo melhorado 4,8 mil milhões de euros para +3 742 milhões de euros.

Data do próximo destaque – 22 de setembro de 2023